a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

30 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Cristina Oliveira Neto*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Isabel Meireles Carneiro*.

Anúncio n.º 3910-FI/2007

A Dr.ª Ana Cristina Oliveira Neto, juíza de direito da 2.ª Vara com Competência Mista do Tribunal da Comarca de Guimarães, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 225/99.0TCGMR, pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge Rogério Carneiro Salgado, filho de Francisco Salgado e de Maria do Rosário Pereira Carneiro, nascido em 1 de Maio de 1972, titular do bilhete de identidade n.º 10219214, com domicílio na Urbanização do Sobreiro, 92, 3.º, bloco Sul, fracção A F, Azurém, 4800 Guimarães, por se encontrar acusado da prática de um crime de Furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203 e 204.º, alínea e), do Código Penal, com referência ao artigo 202.º, alínea e), do Código Penal de 1982, revisto pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, praticado em 6 de Junho de 1996, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Março de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

30 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Cristina Oliveira Neto*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Lurdes Pires da Silva*.

Anúncio n.º 3910-FJ/2007

A Dr.ª Ana Cristina Oliveira Neto, juíza de direito da 2.ª Vara com Competência Mista do Tribunal da Comarca de Guimarães, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1145/01.5PBGMR, pendente neste Tribunal contra o arguido Marco Rafael Cardoso da Silva, filho de José Loureiro da Silva e de Maria Leonarda Ribeiro Cardoso, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Julho de 1982, titular do bilhete de identidade n.º 12610326, com domicílio na Urb. da Conceição, bloco c, casa G, ent. 107, 212, 4800 Guimarães, por se encontrar acusado da prática de cinco crimes de roubo, previsto e punido pelos artigos 14.º, n.º 1 e 210.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 6 de Outubro de 2001, um crime de roubo, previsto e punido pelos artigos 14.º, n.º 1 e 210.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 11 de Outubro de 2001, um crime de roubo, previsto e punido pelos artigos 14.º, n.º 1 e 210.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 20 de Outubro de 2001, quatro crimes de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.º 1, do Código Penal, praticados em 7 de Junho de 2001, quatro crimes de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.º 1, do Código Penal, praticados em Setembro de 1999, Outubro de 1999 e Dezembro de 1999 e um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.º 1 do Código Penal, praticado em 15 de Maio de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

22 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Cristina Oliveira Neto*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Lurdes Pires da*

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

Anúncio n.º 3910-FL/2007

O Dr. Vítor Carlos Simões Morgado, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ílhavo, faz saber que, no processo comum

(tribunal singular), n.º 186/04.5GAILH, pendente neste Tribunal contra o arguido Nuno Miguel Pereira Branco, filho de Hélder Rui Seabra Branco e de Ludovina Maria de Andrade Pereira, natural de Oliveira do Bairro, Oliveira do Bairro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Abril de 1984, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12895861, com domicílio na 90 Avenue do Parc, 1.º esquerdo, 91230 Montgeron, 91230 Montgeron França, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 5 de Abril de 2004, por despacho de 18 de Abril de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

26 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Vítor Carlos Simões Morgado*. — A Escrivã-Adjunta, *Graciete de Jesus Faria*.

Anúncio n.º 3910-FM/2007

O Dr. Vítor Carlos Simões Morgado, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ílhavo, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 781/05.5TBILH, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Jorge de Oliveira Nuno, filho de Manuel Rodrigues Nuno e de Rosa Natália Martinho de Oliveira Nuno, natural de São Salvador, Ílhavo, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Dezembro de 1973, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10859028, com domicílio na Rua Ferreira Gordo, 20, 3830 Ílhavo, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em Outubro de 1995 e um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em Outubro de 1995, por despacho de 5 de Março de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

3 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Vítor Carlos Simões Morgado*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Conceição Monteiro*.

Anúncio n.º 3910-FN/2007

O Dr. Vítor Carlos Simões Morgado, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ílhavo, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 61/04.3FBAVR, pendente neste Tribunal contra o arguido Khalid Dalaoui, filho de Salhe Dalaoui e de Sadiá Dalaoui, solteiro, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º E02139914, com domicílio na C. Conde Garay, 58, Palência, Saldanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de usurpação (direito de autor), previsto e punido pelo artigo 195.º da Lei n.º 114/91, praticado em 26 de Agosto de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Fevereiro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão de renovação do bilhete de identidade, passaporte e a carta de condução.

3 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Vítor Carlos Simões Morgado*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Conceição Monteiro*.

Anúncio n.º 3910-FO/2007

O Dr. Vítor Carlos Simões Morgado, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ílhavo, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 82/04.6TAILH, pendente neste Tribunal contra o arguido David Carlos Ferreira Tavares, filho de José Martins da Costa Tavares e de Maria de Apresentação Maio Ferreira, natural de São Bernardo, Aveiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Março de 1967, divorciado, titular da identificação fiscal n.º 178607754, titular do bilhete de identidade n.º 7802900, com domicílio na Rua Cónego Maio, 116/118, São Bernardo, 3800 Aveiro, o qual se encontra acusado, pela prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 5 de Fevereiro de 2004, por despacho de 18 de Abril de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

4 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Vítor Carlos Simões Morgado*. — O Escrivão-Adjunto, *Paulo Martins*.